



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EDINARA LÚCIA DE ARAUJO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: estudo de caso sobre os desafios do empreendimento  
solidário El Shaday em Água Preta - PE**

Caruaru

2023

EDINARA LÚCIA DE ARAUJO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: estudo de caso sobre os desafios do empreendimento  
solidário El Shaday em Água Preta - PE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Econômicas

**Área de concentração:** Economia  
solidária.

**Orientador:** Prof. Dr. Claudemir Leite da Silva.

Caruaru

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

ARAUJO, EDINARA LÚCIA DE.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: estudo de caso sobre os desafios do  
empreendimento solidário El Shaday em Água Preta - PE / EDINARA LÚCIA  
DE ARAUJO. - Caruaru, 2023.

44f

Orientador(a): CLAUDEMIR LEITE DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2. HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.  
3. TRABALHO COOPERATIVO. I. SILVA, CLAUDEMIR LEITE DA.  
(Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

EDINARA LÚCIA DE ARAUJO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: estudo de caso sobre os desafios do empreendimento  
solidário El Shaday em Água Preta - PE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Ciências Econômicas da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 23/ 08/ 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Claudemir Leite da Silva (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho a Deus, que me fortalece. Também, dedico ao meu esposo Wellington, que nos momentos mais difíceis do curso, quando as notas não eram boas, suas palavras aumentavam o meu conceito, dando-me ânimo. E, por fim, dedico aos meus filhos: Élder, Esdras e Êlda, que são meu tesouro particular.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Claudemir que, desde que iniciei os estudos de Economia solidária, se mostrou um profissional muito dedicado, com um curso todo planejado, aulas precisas e muito bem orientadas. Além disso, ele está sempre envolvido na prática da Economia solidária.

Agradeço à minha mãe, que me via partir de ônibus e voltar diariamente centenas de quilômetros todos os dias, me aguardando chegar à meia-noite enquanto ficava com meus filhos, e que ligava sempre demonstrando preocupação.

Também, expresso minha gratidão aos professores que me instruíram nesta jornada acadêmica, destacando a professora Lídia Rodella, que é a professora mais fantástica que já conheci, e o professor Atenágoras Duarte, que além de ser um excelente professor, me apoiou em um determinado momento em que os motivos para desistir se sobressaíam aos sonhos de adolescência de ser economista

## RESUMO

A Economia solidária é composta por atividades econômicas com uma lógica distinta da capitalista, pois não tem como objetivo a acumulação do capital, e as relações de trabalho não são competitivas nem regidas por interesses individuais. Ela é organizada com base em fatores humanos, valorizando o laço social pela reciprocidade e adotando formas comunitárias de propriedade. Sua lógica também se diferencia da do Estado, já que não possui uma autoridade central ou formas institucionais de propriedade. O objetivo central deste trabalho é apresentar as ações e desafios do empreendimento solidário “El Shaday” na cidade de Água Preta – PE, a partir da compreensão da economia solidária. Além disso, o trabalho fomentou a compreensão de teorias e conceitos sobre o tema, além de analisar o panorama nacional. Propõe-se, assim, apresentar sua consolidação histórica e analisar seu impacto atual na economia, utilizando dados do CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários). A Economia solidária não se opõe ao Estado nem ao mercado, sendo um método de produção e circulação de bens e serviços que assegura a sobrevivência econômica e melhores condições de vida para seus membros, estabelecendo relações com o mercado e a sociedade civil. O Estado, por sua vez, desempenha um papel de alicerce inicial e de desenvolvimento, além de atuar como regulador da democracia econômica. Portanto, a Economia solidária é uma representação coletiva, com identidade, princípios e programas de ação. Seus princípios, além de regerem os empreendimentos solidários, promovem principalmente uma cultura de melhoramento da comunidade e da região, por meio da geração de renda e promoção de qualidade de vida advindas dos empreendimentos solidários.

**Palavras-chave:** Economia solidária. História da Economia solidária. Trabalho Cooperativo.

## **ABSTRACT**

Solidarity Economy consists of economic activities with a distinct logic from capitalism, as it does not aim for capital accumulation, and work relationships are not competitive nor governed by individual interests. It is organized based on human factors, valuing social bonds through reciprocity and adopting community-based forms of ownership. Its logic also differs from that of the State, as it lacks a central authority or institutional forms of ownership. The central objective of this study is to present the actions and challenges of the solidarity enterprise "El Shaday" in the city of Água Preta – PE, based on an understanding of the solidarity economy. Additionally, the study aims to comprehend theories and concepts about the topic and analyze the national panorama. It proposes, therefore, to present its historical consolidation and analyze its current impact on the economy, using data from the CADSOL (National Registry of Solidarity Economic Enterprises). Solidarity Economy does not oppose the State or the market; rather, it is a method of producing and circulating goods and services that ensures economic survival and improved living conditions for its members, establishing relations with the market and civil society. The State, in turn, plays a role as an initial and developmental foundation, as well as a regulator of economic democracy. Therefore, Solidarity Economy is a collective representation, with identity, principles, and action programs. Its principles, besides governing solidarity enterprises, primarily promote a culture of community and regional improvement through income generation and the promotion of a better quality of life arising from solidarity enterprises.

**Keywords:** Solidarity Economy. History of Solidarity Economy. Cooperative Work.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	OBJETIVOS .....	11
<b>1.1.1</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>11</b>
1.2	METODOLOGIA .....	11
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	<b>15</b>
3.1	EUROPA: O CUNHO SOCIAL .....	17
3.2	AMÉRICA LATINA: O CUNHO POPULAR .....	19
<b>4</b>	<b>ESTUDOS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	<b>21</b>
4.1	A ORIGEM DOS CONCEITOS E TERMINOLOGIAS .....	21
4.2	ORIGEM DO PENSAMENTO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	22
<b>4.2.1</b>	<b>Dificuldades de objetivação</b> .....	<b>23</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Um fato recente e contraditório</b> .....	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL</b> .....	<b>25</b>
<b>6</b>	<b>SUA NATUREZA MULTIDIMENSIONAL</b> .....	<b>30</b>
6.1	DIVERSIDADE E AUSÊNCIA DE UM MARCO LEGAL .....	30
6.2	INEXISTÊNCIA DE INDICADORES .....	31
6.3	INFORMALIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	33
6.4	ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERCEIRO SETOR .....	34
6.5	O VALOR DA EXPERIÊNCIA .....	35
<b>7</b>	<b>ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>36</b>
7.1	O PROJETO DE ASSENTAMENTO OURIVES/PALMEIRAS: RELATO .....	36
7.2	ANÁLISE A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	38
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA</b> .....	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária é uma alternativa de sistema de produção diferente do sistema capitalista convencional que conquistou seu espaço na economia. Segundo a página de economia solidária no site do Ministério do Trabalho e Emprego (2021), existem milhares de iniciativas econômicas baseadas nesse modelo de organização. Essas iniciativas têm seus princípios fundamentados de forma divergente em relação ao padrão capitalista, buscando se afastar da lógica de maximização de lucros e exploração da classe operária.

Os princípios da economia solidária não se limitam apenas à gestão interna dos empreendimentos, mas também promovem uma cultura de fortalecimento e melhoria das comunidades e regiões onde essas iniciativas estão inseridas. Isso significa que a economia solidária busca não apenas o benefício dos indivíduos envolvidos nos empreendimentos, mas também visa promover o desenvolvimento sustentável e a equidade social nas áreas em que atua (ROCHA et al., 2009)

Durante períodos de crises econômicas, a economia solidária emerge como uma alternativa viável e promissora para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Ao adotar princípios como autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade e emancipação, os empreendimentos solidários buscam criar um ambiente mais justo e equitativo para seus participantes.

Para Gaiger e Kuiven (2019), um dos pontos fundamentais da economia solidária é a geração de renda e o fortalecimento da qualidade de vida das comunidades envolvidas. Ao estimular a criação e o crescimento de empreendimentos solidários, as pessoas têm a oportunidade de assumir o controle de suas vidas econômicas, reduzindo sua dependência de estruturas hierárquicas e tradicionais de trabalho. Isso resulta em uma distribuição mais justa da riqueza e um aumento geral do bem-estar social.

A autogestão é um dos pilares da economia solidária, permitindo que os trabalhadores e membros dos empreendimentos participem ativamente das decisões importantes, desde a organização do trabalho até a definição de metas e alocação de recursos. A democracia interna permite que cada indivíduo tenha voz e voto nas decisões coletivas, incentivando a participação ativa e a construção conjunta de soluções (CHIARIELLO et al., 2021).

Além disso, a cooperação é essencial para o funcionamento dos empreendimentos solidários. Os participantes trabalham em conjunto, compartilham conhecimentos e experiências, contribuindo para um ambiente de aprendizado mútuo e crescimento coletivo. A centralidade do ser humano é outra característica marcante desse modelo econômico (CHIARIELLO et al., 2021). Os empreendimentos solidários valorizam a dignidade, os direitos e a inclusão de todos os envolvidos, criando um espaço de trabalho mais humano, acolhedor e ético.

Dentre esses aspectos, o que se tem é que a economia solidária desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Seu estudo é crucial para a compreensão de alternativas econômicas mais humanas e para o desenvolvimento de estratégias efetivas que promovam o bem-estar de todos os membros da sociedade. Ao investir em pesquisas e no ensino da economia solidária, estamos caminhando em direção a um futuro mais equitativo e consciente.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo apresentar um estudo de caso sobre a aplicação e os desafios enfrentados para estabelecer e manter um empreendimento solidário na cidade de Água Preta, localizada em Pernambuco (PE), à luz da economia solidária. Para alcançar esse objetivo, o trabalho se fundamentou em um sólido arcabouço teórico e bibliográfico sobre o tema da economia solidária. A revisão da literatura englobou conceitos e fundamentos desse modelo econômico, bem como exemplos práticos de empreendimentos solidários que obtiveram êxito em diversas regiões do país e do mundo.

A partir dessas informações, o trabalho explorou os caminhos possíveis para formalizar e fortalecer o conceito de economia solidária dentro do ambiente econômico do país. Foram propostas estratégias para fomentar a criação de novos empreendimentos solidários, como políticas de incentivo governamental, programas de capacitação e assistência técnica, além de parcerias com organizações da sociedade civil e setor privado.

## 1.1 OBJETIVOS

O Objetivo Geral do trabalho é apresentar as ações e desafios do empreendimento solidário “El Shaday” na cidade de Água Preta – PE, a partir compreensão da economia solidária.

### 1.1.1 Objetivos Específicos

- Estabelecer os conceitos e princípios da economia solidária;
- Abordar a história da economia solidária ao longo do tempo;
- Apresentar a teoria e conceito da economia solidária;
- Analisar a economia solidária em seu panorama nacional.

## 1.2 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consistiu em duas abordagens complementares: um estudo bibliográfico e a aplicação de um estudo de caso. Inicialmente, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema da economia solidária. Essa etapa envolveu a coleta e análise de artigos científicos, livros, teses, dissertações e outras fontes relevantes relacionadas à economia solidária, seus conceitos, princípios, histórico e desenvolvimento. Essa revisão bibliográfica proporcionou um embasamento teórico sólido, permitindo compreender os fundamentos e contextos da economia solidária.

Em seguida, o estudo de caso foi aplicado no empreendimento "El Shaday", situado na cidade de Água Preta - PE. O "El Shaday", mais tarde intitulado de Renascer, é um exemplo concreto de empreendimento solidário na região. Para a coleta de dados, foram realizadas uma entrevista estruturada com uma das sócias do empreendimento, permitindo uma compreensão aprofundada de sua trajetória, desafios enfrentados, práticas adotadas e impacto na comunidade local, e, posteriormente, uma entrevista não estruturada com uma das ex-sócias do empreendimento.

Além disso, o professor orientador forneceu pelo seu relato de experiência orientações e insights especializados ao longo do processo de desenvolvimento do estudo de caso, professor esse que mantinha vínculo com o Projeto em Água Preta, que unia a Economia Solidária com o suporte técnico da Universidade Federal de Pernambuco. Com base nas informações coletadas através das entrevistas, e da revisão bibliográfica, foi possível analisar a aplicação prática da economia solidária no empreendimento.

## 2 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é fundamentada em dez princípios. Esses princípios, de acordo com o Caderno Pedagógico Educandas e Educandos de Economia solidária produzido pelo MEC para o programa PROJOVEM CAMPO (2010), podem ser compreendidos a seguir:

- **Autogestão:** Os/as trabalhadores/as não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.
- **Democracia:** A economia solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois, o trabalho não fica mais subordinado ao capital.
- **Cooperação:** Em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador/a se unir a trabalhador/a, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- **Centralidade do Ser Humano:** As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.
- **Valorização da Diversidade:** Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, raça/etnia ou opção sexual.
- **Emancipação:** Contribuições para conquistas de bens materiais e simbólicos dos sujeitos, os quais desenvolvendo estratégias à economia de mercado, emancipam-se e libertam-se.
- **Valorização do Saber Local:** Respeito aos saberes locais, considerados em sua totalidade e como integrantes da cultura e da tecnologia popular.
- **Valorização da Aprendizagem:** Respeito aos processos de construção das mudanças necessárias às práticas solidárias através da formação continuada e permanente.
- **Justiça Social na Produção:** Comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção

do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.

- Cuidado com o Meio Ambiente: É responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da vida com qualidade, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas.

Os princípios fundamentais da economia solidária refletem a essência transformadora desse modelo econômico, diferenciando-o do sistema capitalista tradicional. Enquanto o capitalismo frequentemente enfatiza a busca do lucro individual e a competição entre empresas, a economia solidária coloca em primeiro plano o bem-estar coletivo, a cooperação e a sustentabilidade (SOUZA; JUNIOR, 2020).

Em contraste com a lógica de acumulação de riqueza em mãos de poucos, a economia solidária prioriza a distribuição mais equitativa de recursos e benefícios, buscando combater a desigualdade social e reduzir a exclusão econômica. Ao promover o acesso igualitário a oportunidades econômicas e a participação ativa nas decisões, esse modelo econômico empodera as comunidades e valoriza as contribuições individuais de todos os envolvidos (SINGER, 2003).

### 3 HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antes da revolução francesa na Europa, surgiram pensadores que podem ser considerados "socialistas utópicos" - um termo posteriormente utilizado por Karl Marx para diferenciá-los dos "socialistas científicos". Esses pensadores abordavam a ideia do cooperativismo revolucionário, lutando pela maior autonomia comunitária possível em uma sociedade reestruturada (LECHAT, 2002; SOUSA, 2021).

Alguns desses intelectuais são representados por Saint-Simon (1760-1825) e Fourier (1772-1837). Seus sucessores no período da Revolução Francesa foram Owen (1771-1858) e Proudhon (1809-1865), e no período da Primeira Guerra Mundial foram Kropotkin (1842-1921) e Landauer (1870-1919). Eles realizaram uma ampla síntese, defendendo, a partir da definição da natureza humana, o equilíbrio entre harmonia e interesses individuais (ROCHA et al., 2009).

A partir dessas contribuições, ainda no século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos, surgiram comunidades cooperativas que alcançaram êxito e avanços na democracia. No entanto, alguns anos depois, essas comunidades foram extintas devido aos ataques hostis do governo e da classe patronal. Mesmo assim, elas deixaram uma carta de princípios do cooperativismo que continua a inspirar o movimento cooperativista mundialmente e também influencia sua legislação até os dias atuais (SINGER, 2003; SINGER, 2009).

Para o autor supracitado, o surgimento de empreendimentos de economia social não é sempre impulsionado por crise econômica, embora algumas crises possam estimular o interesse por modelos econômicos mais solidários e cooperativos. Além disso, esses empreendimentos podem, de fato, surgir de forma agrupada ou em resposta a diferentes crises econômicas ou sociais, mas também podem se desenvolver independentemente desses contextos.

Durante o período compreendido entre 1873 e 1895, uma significativa crise econômica ocorreu, incentivando um processo de modernização e investimentos nos setores agrícola e nos recursos naturais. Essa crise impulsionou o surgimento de cooperativas agrícolas e de poupança como uma resposta para garantir a sobrevivência dos pequenos produtores frente às dificuldades enfrentadas. Por outro lado, na época da grande depressão entre 1929 e 1932, uma grave crise econômica global eclodiu. Esse cenário levou a uma intervenção mais ativa do Estado, que implementou políticas econômicas e sociais baseadas nos princípios do modelo

Keynesiano. Essas políticas buscavam estimular a economia através do aumento dos gastos públicos e do controle das taxas de juros para reverter o colapso econômico e impulsionar a recuperação (LECHAT, 2002).

Ainda segundo o autor supracitado, as décadas de 1930 e 1940 do século XX foram marcadas por uma nova regulação do trabalho, com a transição do modelo corporativo para o concorrencial em algumas regiões. Esse contexto levou ao surgimento de diversas iniciativas de economia social, como sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção, como respostas às mudanças sociais e econômicas da época.

Tempos depois, durante a década de 1970, o sistema capitalista enfrentou uma série de desafios e crises econômicas em várias partes do mundo. Essas crises resultaram em altos índices de desemprego e no fechamento de muitas empresas, gerando instabilidade econômica e social em diversas regiões (ABREU, 2003)

Nesse contexto de dificuldades econômicas, surgiram iniciativas inovadoras para enfrentar o desemprego e criar oportunidades de trabalho para as pessoas. Um dos modelos que ganhou destaque nesse período foi o das empresas autogeridas, também conhecidas como empresas autogestionárias ou empresas cooperativas de trabalhadores (VARELA, 2015)

Ao se olhar para a realidade nacional, ao longo do século XX, vê-se que país passou por várias transformações políticas e econômicas, que influenciaram o desenvolvimento da economia solidária. Diversos movimentos sociais e sindicatos buscaram alternativas econômicas mais justas e participativas, levando ao surgimento de cooperativas de produção, associações de trabalhadores e outras formas de empreendimentos solidário (VERONESE et al., 2017).

Porém, como se observa nas contribuições de Lechat (2002), somente a partir da década de 1980, com o contexto de abertura política e democratização do país, a economia solidária ganhou maior visibilidade e apoio de organizações e governos. A criação de leis e políticas públicas voltadas para a economia solidária contribuiu para o fortalecimento desse setor econômico.

Atenta-se, porém, que a economia solidária, enquanto movimento social, não possui uma origem com data precisa de início ou um nome específico a quem atribuir o seu surgimento enquanto teoria. Seu surgimento é anterior ao sistema capitalista, embora ela represente uma solução para as crises de produção industrial no

capitalismo. Diversos teóricos escreveram e elucidaram, definindo-a como um campo da economia, um sistema social com finalidade econômica divergente do capitalismo (LAVILLE, 2001)

É necessário compreender, como afirmam Laville (2001) e Faria (2017), portanto, que a economia solidária se apresenta na história como um sistema igualitário, sem a figura do patrão ou do empregado, onde todos participam das decisões, regidos pelos princípios desta economia. Ela atua fortemente em cooperativas, organizações sem fins lucrativos e organizações mutualistas.

Na América Latina do século XXI, a economia volta a ser protagonizada pela solidariedade, e o dinamismo da reciprocidade está presente no debate das grandes questões da sociedade. A economia solidária sempre se destaca como uma alternativa diante dos modelos de desenvolvimento, com sua eficiência econômica garantida pela equidade e autogestão, sob princípios não utilitaristas (FARIA, 2017).

### 3.1 EUROPA: O CUNHO SOCIAL

Na Europa do século XIX, em meio às agitações sociais oriundas da revolução industrial, a economia solidária emerge no associativismo dos operários e camponeses, com um modelo de administração autônomo e democrático. Nesse modelo, o rendimento econômico é um meio e não um fim, focado no objetivo do bem comum aos membros, ao qual estão subordinadas relações de poder e distribuição dos ganhos (LAVILLE, 2001).

Urdu-se assim na economia social as formas setoriais de cooperativas, mútuas e associações, provocando movimentos sociais. Uma forte característica organizacional foi a combinação de recursos advindos do mercado, de venda e troca de bens e serviços, em uma economia não mercantil, com subsídios públicos e recursos de ajuda mútua, divergindo da lógica monetária (FRANÇA FILHO, 2004).

A pluralidade de atividades na Economia social divergiu do tendencioso arrefecimento da economia ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada, construindo regimes de bem-estar social. No início do século XX, o movimento operário aos poucos começou a se desvanecer à medida que os confrontos com as forças dominantes se fortaleciam, diminuindo a resistência dos trabalhadores. As relações capitalistas emergiam pela migração ao ultramar e pela mobilidade ocupacional (GAIGER, 2009).

A assimilação do regime dual Estado-mercado também enfraqueceu a Economia social, quando o mercado e o Estado assumiram funções de geração de riqueza e assistência social, suprimindo o protagonismo da solidariedade de tipo associativo. Isso resultou em uma diminuição do papel das cooperativas, mútuas e associações na vida econômica e social, levando a um enfraquecimento da Economia social como um todo (GAIGER, 2009).

À medida que a Economia social se institucionalizou e segmentou, houve uma perda na unidade, com as mútuas se tornando aparelhos complementares da seguridade social e as cooperativas focando na economia de mercado, adaptando-se a métodos de sobrevivência à competitividade. Nessa institucionalização, também se deve considerar os processos de especialização e tecnificação, que, juntamente com essas tendências, enfraqueceram a dimensão política e combativa (TAUILLE, 2001).

Na década de 1970, período de crise da regulação Keynesiana que afetou o equilíbrio social no Estado Providência, emergiu o que no Canadá foi denominado a "nova economia social". Essa nova economia era formada por empreendimentos locais atuantes em serviços sociais assistenciais a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo e empresas em falência resgatadas pela administração solidária dos trabalhadores (LAVILLE, 2001).

Com essa restauração, como estabelece as contribuições de Tauille (2001), a economia social se torna uma alternativa ao mercado no que se refere à criação de empregos e crescimento econômico, assim como ao Estado na regulação e redistribuição. Essa restauração é associada ao surgimento do Terceiro Setor, que ocorreu na década de 1980 (GAIGER, 2009).

É importante destacar, como sugere França Filho (2004), que o Terceiro Setor desempenha um papel de economia de reparação, enquanto a economia social não se restringe a esse objetivo. Em vez disso, ela visa universal e irrevogavelmente os direitos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação econômica que una as esferas social e econômica, defendendo vínculos recíprocos nos modelos de sociedade.

A análise crítica desses pontos, bem como do comportamento da Economia social ao longo da história, especialmente no que diz respeito à dimensão política dos

empreendimentos, levou seus defensores a dar-lhe o nome de economia solidária, como é chamada na América Latina (LEAL; RODRIGUES, 2018).

As bases da Economia Social não podem ser desprezadas quando tratamos da Economia Solidária, principalmente devido ao seu dinamismo, como exemplificado pelo mutualismo no campo da saúde. No entanto, a conotação institucional e os problemas de isomorfismo podem enfraquecer características específicas da Economia Solidária (GAIGER, 2009).

Ao longo da história, foram agregados diferentes ramos do movimento associativo, cada um tendendo a projetos de sociedade distintos e, por vezes, incompatíveis. Assim, há uma distinção entre os dois termos (Social e Solidária), sem que se perca a referência a seus fundamentos, permitindo distinguir o pensamento mais antigo da teoria atual (LEAL; RODRIGUES, 2018).

A experiência da economia social na Europa diverge do setor sem fins lucrativos adotado nos países anglo-saxões, conhecido como Terceiro Setor, que relaciona o social ao setor privado com fins econômicos (lucro). Essa divergência expõe as diferenças no comportamento da economia social entre países, bem como a semelhança da experiência na América: o bem comum depende da geração e da partilha de benefícios entre os membros das iniciativas solidárias (GAIGER, 2009).

### 3.2 AMÉRICA LATINA: O CUNHO POPULAR

A Economia Solidária na América Latina faz alusão aos empreendimentos de associação livre e democrática, objetivando ganho econômico, qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A cooperação é o fundamento da solidariedade, com o uso em comum dos meios de produção e a administração pela autogestão, suprimindo relações sociais que separam capital e trabalho, motivando-se a tratar problemas comunitários por meio de lutas coletivas (GUERRA, 2010; CORAGGIO, 2014).

Como na Europa, os recursos advêm de relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Em 2007, no Brasil, por exemplo, concluiu-se um mapeamento nacional que registrou 22 mil iniciativas divididas em dois grupos com características basilares: um grupo formado por empreendimentos em que a atividade principal é a fonte de ocupação e renda dos sócios, e onde os meios de produção são socializados

e o trabalho é coletivo (empresas autogestionárias recuperadas, grupos informais de produção, cooperativas agropecuárias e de trabalho, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas) (GUERRA, 2010).

No outro grupo, a atividade coletiva ancora serviços e benefícios para as economias individuais ou familiares, englobando associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias. O que os fazem fundamentais para promover a inclusão social, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas (CORAGGIO, 2014; MUNOS, 2015).

Desde o final do século XX, nos países latino-americanos, a Economia e a Política têm sido instáveis, e o mercado de trabalho, com suas exigências, não comportou o crescimento demográfico e o êxodo rural, resultando em trabalhos autônomos e temporários informais que preencheram o espaço urbano, em números significativos, aumentando a periferia das cidades (MUNOS, 2015).

O sistema capitalista, em sua estrutura, sentiu a informalidade não como resíduo marginal do capitalismo ou elemento funcional incorporado ao exército industrial de reserva, mas sim como resultado dos moldes de desenvolvimento antissociais e excludentes (GUERRA, 2010).

Nos anos 1980, empreendimentos comunitários se multiplicaram, incluindo comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, dando início a formas de geração de renda coletiva. A Economia Solidária é um movimento social atuante no cenário político (SECHIM, 2010).

## 4 ESTUDOS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os estudos sobre Economia Solidária se estabelecem em um campo de práticas com dinamismos peculiares, desde os seus primórdios, com diferentes atores, atividades e resultados. Isso não permite ponderações imperativas nem generalizações, mas devem ser categorizados em ênfases e abordagens distintas, de acordo com suas dimensões e sentidos (SECHIM, 2010).

Atualmente, a Economia Solidária encontra-se em uma dimensão propositiva, voltada para as políticas públicas e os movimentos sociais, sendo vista como uma alternativa pós-capitalista, um instrumento de compensação e equilíbrio, e uma resistência à lógica dominante. Seu enfoque busca promover modelos econômicos mais inclusivos, participativos e sustentáveis, alinhados com valores de solidariedade, cooperação e justiça social (LEAL; RODRUGES, 2018).

### 4.1 A ORIGEM DOS CONCEITOS E TERMINOLOGIAS

O termo francês “*économie sociale*” foi usado para definir diversas realidades, quando todas as tendências políticas apontavam para a proposta: socialistas, socialistas-cristãos e até liberais, na crítica à revolução industrial por preterir a dimensão social. Já o termo atual, economia social, define uma economia de produção de bens e serviços, sob diversas condições jurídicas, onde o ser humano participa por livre vontade, e o poder não se origina da detenção do capital, o qual não fundamenta a aplicação dos lucros (GAIGER, 2019).

O vocábulo “economia solidária” caracteriza atividades econômicas com lógica distinta da capitalista, uma vez que não objetiva a acumulação do capital, e as relações de trabalho não são competitivas nem regidas por interesses individuais. Em vez disso, ela se organiza por fatores humanos, valorizando o laço social pela reciprocidade em formas comunitárias de propriedade. Já quando aplicado à África e à América Latina, refere-se ao conjunto de atividades econômicas cujos atores integram a população mais pobre das cidades. (LISBOA, 2005).

Sua lógica também é contrária à do Estado, pois não possui uma autoridade central nem formas institucionais de propriedade. A Economia Solidária se baseia na autogestão e na participação democrática dos membros envolvidos, onde as decisões são tomadas de forma coletiva e descentralizada. Assim, busca-se promover uma

economia mais inclusiva, justa e participativa, onde o bem-estar e o desenvolvimento coletivo são priorizados em detrimento da busca pelo lucro individual ou da centralização do poder (GAIGER, 2009).

Já o termo "Terceiro Setor", embora imperfeito, é internacionalmente o de maior consenso e possui variantes em algumas regiões geográficas: nos EUA, pode ser chamado de "non-profit sector" ou "independent sector", correspondentes ao termo inglês "voluntary organizations". Na América Latina, os termos mais comuns são "economia solidária" e "organizações de economia popular". Na Alemanha, é chamado de "Gemeinwirtschaft" e, na Suécia, de "folkrörelse" ou "association ideel". (GAIGER, 2009).

Etimologicamente, o vocábulo "solidariedade" origina-se do latim "solidum", que significa a obrigação dos devedores quando cada um era responsável pelo todo (in solidum). É uma dependência recíproca e não um valor unilateral; é um laço recíproco, diferenciando-se da caridade, que é um dever unilateral. O dever de prestar assistência social expressa a desigualdade, enquanto a solidariedade de fato expressa reciprocidade, lealdade e altruísmo (LEAL; RODRIGUES, 2018).

Tem-se também o adjetivo de "solidária", que na literatura brasileira não comprova desigualdade intrínseca, apenas desigualdade de situação entre dar e receber. Em vez disso, enfatiza a ideia de cooperação mútua e apoio mútuo, onde todos se responsabilizam pelo todo, promovendo laços de interdependência e reciprocidade entre os indivíduos e comunidades (GAIGER, 2014).

#### 4.2 ORIGEM DO PENSAMENTO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, em termos de teoria, política e ideologia, a economia solidária esteve por décadas e, em alguns casos, ainda está na literatura científica classificada como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Na década de 1960 surge o termo "economia informal", considerado a princípio como um fenômeno transitório, mas que demonstrou, através de sua persistência e crescimento, sua força social, política e econômica (GAIGER, 2014).

Em termos acadêmicos, a primeira vez que o conceito de "economia de solidariedade" foi citado no Brasil foi em 1993, e em 1994 surge o termo "terceiro setor". Em 1995, surgiu academicamente o termo "Economia Solidária". A partir desse

momento, encontros acadêmicos no Brasil desencadearam a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária. Essa evolução conceitual e acadêmica tem contribuído para fortalecer a compreensão e a promoção da economia solidária como uma alternativa econômica mais inclusiva, participativa e sustentável (GAIGER, 2009; GAIGER, 2014).

#### **4.2.1 Dificuldades de objetivação**

No Brasil, a Economia Solidária já passou por pelo menos três momentos de estudos sobre associação em cooperativas, trabalho autogestionário e cooperativas de trabalho. Ao longo desses momentos, os discursos se tornaram cada vez mais revigorados, os debates mais politizados e o horizonte de análise se ampliou com a identificação e nomeação de diferentes movimentos e formas alternativas de associação, contribuindo para a objetivação desse campo de pesquisa (NAGEM; SILVA, 2013).

Esses avanços acadêmicos e discussões têm enriquecido o entendimento da Economia Solidária como uma proposta econômica e social mais inclusiva e participativa, promovendo maior autonomia e valorização dos trabalhadores e suas comunidades. A evolução contínua do estudo da Economia Solidária no Brasil tem contribuído para seu reconhecimento e fortalecimento como uma alternativa viável e relevante para promover a justiça social, a sustentabilidade e a solidariedade no contexto econômico contemporâneo (COSTA; JESUS, 2017).

#### **4.2.2 Um fato recente e contraditório**

Apesar de seus antecedentes históricos, a Economia Solidária no Brasil é considerada um fenômeno recente e ainda não alcançou uma expressão própria plenamente consolidada. Isso pode ser atribuído à concentração de pesquisas em estudos de casos restritos a espaços sociais específicos, como empreendimentos ou territórios localizados, o que limita a possibilidade de inferência a um conjunto de casos para chegar a generalidades (GAIGER, 2009).

Por conta dessa restrição de escopo, ainda há um caminho a percorrer para uma compreensão mais abrangente da Economia Solidária no contexto brasileiro.

Entretanto, o crescente interesse e engajamento acadêmico e social estão contribuindo para expandir o conhecimento sobre o tema, bem como para promover a sua consolidação como uma alternativa econômica e social relevante, focada na cooperação, solidariedade e busca por uma sociedade mais justa e inclusiva (NAGEM; SILVA, 2013).

A base empírica atual identifica as experiências sociais ao longo do tempo, ultrapassando a visão limitada dos fenômenos em voga no presente, e considerando o ciclo das conjunturas e as temporalidades longas. O mapeamento nacional da Economia Solidária nos revela, por exemplo, que os empreendimentos não são tão novos como parecem quando olhamos apenas por uma ótica numérica e dimensional. Os estudos precisam considerar um maior espaço de tempo, analisando seus integrantes, trajetórias e experiências ao longo do desenvolvimento da Economia Solidária no país (SINGER, 2003).

Com uma abordagem mais ampla e temporal, é possível compreender melhor a evolução e a relevância das iniciativas de Economia Solidária, bem como identificar padrões, desafios e oportunidades para seu crescimento e fortalecimento como uma alternativa socioeconômica sólida e sustentável. A valorização do histórico e do contexto dessas experiências é fundamental para o avanço do conhecimento e da prática da Economia Solidária no Brasil (NAGEM; SILVA, 2013).

## 5 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, Paul Israel Singer se tornou um renomado autor e militante, sendo considerado um ícone da Economia Solidária. Economista e professor brasileiro de origem austríaca, ele dedicou-se intensamente à causa da economia solidária, empregando seu trabalho e produção acadêmica. Suas dezenas de publicações são referências para a compreensão e o conhecimento da economia solidária e seus fundamentos (COSTA; JESUS, 2017).

Para Singer, a economia solidária surge como uma alternativa ao sistema capitalista, apresentando um modo de produção, distribuição, consumo e convivência baseado no princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. Seu engajamento e contribuições foram fundamentais para impulsionar o debate e a disseminação dos princípios e práticas da Economia Solidária no Brasil e no mundo (SINGER, 2003).

O sistema de produção solidário vive em um processo contínuo de emergência, em contraposição ao capitalismo prevalecente. Esse processo, em constante progresso, é formado por trabalhadores engajados em projetos cooperativos, com unidades produtivas autogestionárias, ou pela união de pequenos produtores para compra e venda, como na agricultura familiar, nas redes de comércio justo, nas incubadoras de empresas, nos clubes de troca e no microcrédito, entre outros (SINGER, 2003).

O movimento da economia solidária é global e busca se desenvolver em contraposição ao sistema capitalista. Nele, grupos de pessoas se organizam em cooperativas ou associações para a produção e comercialização de produtos, constituindo uma forma alternativa de comércio baseada na premissa de que tudo é de todos e que o principal objetivo é o bem comum (NAGEM; SILVA, 2013).

Quando os trabalhadores se organizam em trabalho coletivo, observando os princípios da economia solidária, há uma promoção do desenvolvimento sustentável através da divisão igualitária de tarefas e lucros (ou sobras), sem a existência de figuras de patrão e empregado. As decisões são tomadas de forma coletiva, sendo a autogestão uma condição essencial, não apenas uma característica. Nesse contexto, o objetivo de "gerar renda" é suplantado por formas alternativas de convivência, organização e consumo, pautadas no trabalho colaborativo, solidário e equitativo (VERONESE et al., 2017).

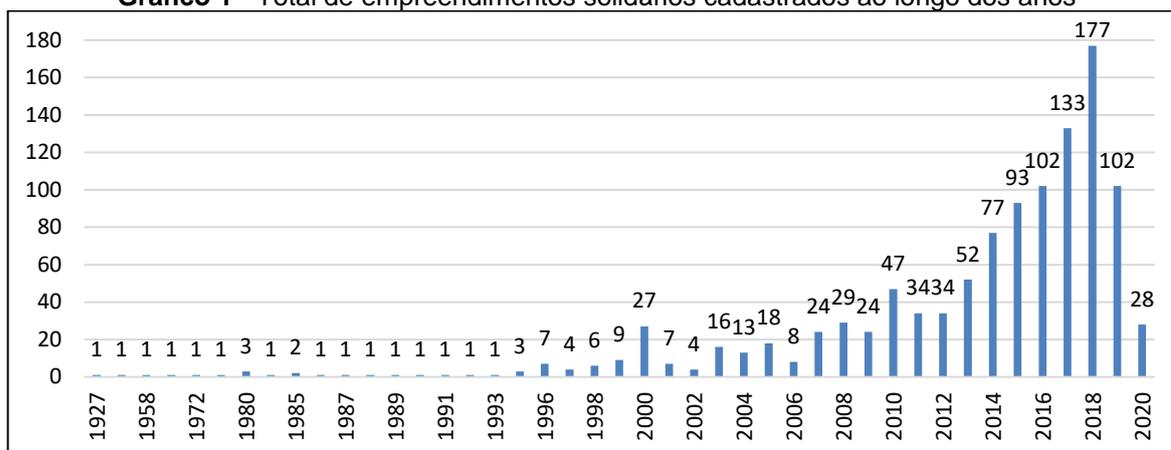
Embora a economia solidária seja um movimento global, em cada país ela apresenta características distintas, adaptando-se às realidades e contextos locais. A diversidade de experiências e abordagens na economia solidária reflete a capacidade de adaptação e a pluralidade de formas como a solidariedade econômica pode se manifestar ao redor do mundo.

Na América Latina, a economia solidária é frequentemente associada à política de esquerda devido ao seu enfoque social e à sua predominância entre as classes mais baixas da economia e da sociedade. Nos países desenvolvidos, essa associação com o populismo é menos acentuada, e o movimento abrange membros de diversas classes, com a adesão sendo motivada mais por escolha do que por necessidade (NAGEM; SILVA, 2013).

Na década de 1990, o Brasil mergulhou em uma grande crise econômica, com altas taxas de inflação e desemprego. Esse cenário representou uma "terra fértil" para a economia solidária "germinar", com o apoio das universidades públicas através das incubadoras, encontros e seminários. Essas iniciativas impulsionaram e fortaleceram o desenvolvimento da economia solidária no país, proporcionando espaços de aprendizado, trocas de experiências e suporte para o surgimento e crescimento de empreendimentos solidários.

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego, dando início à articulação de políticas federais para o setor. Nesse contexto, também foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que atua como interlocutor entre o governo e a sociedade civil em prol da economia solidária.

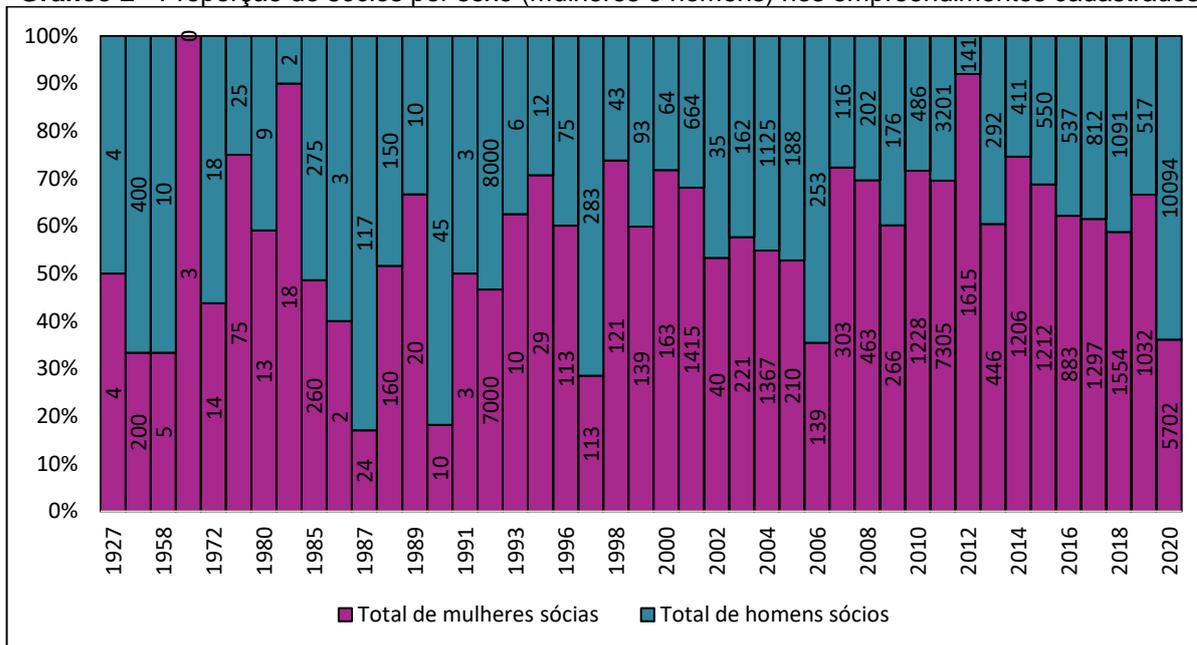
No Brasil, de acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, registramos empreendimentos solidários desde o ano de 1927, com o ápice em 2018, quando constam 177 empreendimentos solidários cadastrados. Em 2020, apesar de haver apenas 28 empreendimentos solidários cadastrados, tivemos o ápice no número total de sócios, com 15.756 associados, sendo 5.702 mulheres e 10.094 homens, contando ainda com 154 não-sócios, dos quais 63 são mulheres e 91 são homens.

**Gráfico 1 - Total de empreendimentos solidários cadastrados ao longo dos anos**

Fonte: CNEES (2021)

Dados extraídos do CADSOL, mostrando o número total de empreendimentos cadastrados no Brasil por ano.

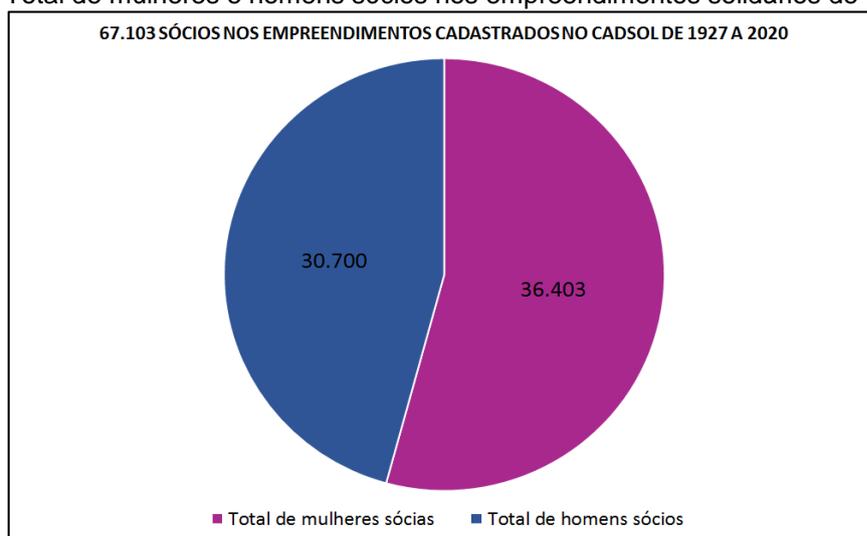
Esses números demonstram o crescimento e o alcance da economia solidária no país, com um aumento significativo no número de associados, promovendo a participação ativa e igualitária dos membros nos empreendimentos solidários.

**Gráfico 2 - Proporção de sócios por sexo (mulheres e homens) nos empreendimentos cadastrados**

Fonte: CNEES (2021)

Dados extraídos do CADSOL, mostrando a proporção de mulheres e homens sócios e o número absoluto por sexo ao longo dos anos nos empreendimentos cadastrados.

**Gráfico 3** - Total de mulheres e homens sócios nos empreendimentos solidários de 1927 a 2020.



Fonte: CNEES (2021)

Dados extraídos do CADSOL, mostrando o total de mulheres e homens sócios nos empreendimentos solidários cadastrados de 1927 a 2020.

As Universidades são grandes promotoras da economia solidária, agindo como importantes agentes ao promover tecnologia social por meio de incubadoras e cooperativas. As incubadoras fornecem assessoria e formação técnica e política a grupos sociais de organização coletiva, acompanhando os processos de implementação e administração solidária em todas as esferas, como trabalho, produtividade, finanças e comercialização (MONTEIRO; GONÇALVES, 2020).

Em geral, como diz Neves et al. (2017), os projetos de economia solidária enfrentam dificuldades de financiamento por instituições bancárias de crédito, principalmente devido ao diferencial de não estarem pautados no lucro como objetivo principal. Essa situação levou à criação de mecanismos pela própria economia solidária para prover esse financiamento, dando origem às finanças solidárias, um campo alternativo dentro da economia solidária.

As finanças solidárias são formadas por fundos solidários, cooperativas de crédito e bancos comunitários. O fundo solidário caracteriza-se como uma poupança comunitária gerada por meio de doações voluntárias de recursos pelos membros participantes do fundo, além de ações e recursos externos destinados à comunidade. A gestão do fundo é realizada de forma coletiva, garantindo que as decisões sejam tomadas de maneira participativa e democrática, alinhadas aos princípios da economia solidária.

A cooperativa de crédito é formada por uma associação de pessoas que prestam serviços financeiros aos seus associados, sendo uma instituição financeira

cujos sócios são solidariamente donos e usuários da cooperativa. Eles possuem o poder de participação na gestão e no uso dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, garantindo uma abordagem mais democrática e participativa no sistema financeiro (MONTEIRO; GONÇALVES, 2020).

Os bancos comunitários, por sua vez, promovem serviços financeiros solidários em rede, com caráter associativo e comunitário, visando à geração de trabalho e renda, além de promover a reorganização das economias locais. Essas iniciativas estão fundamentadas nos princípios da Economia Solidária, buscando estabelecer relações mais justas e igualitárias entre os membros da comunidade (NEVES et al., 2017).

Ao longo da história econômica, podemos observar que os empreendimentos solidários se consolidam em uma diversidade de formas, tais como cooperativas, associações populares, grupos informais de produção, serviços, consumo e comercialização, além de iniciativas de crédito solidário. Também são comuns as empresas recuperadas por autogestão, que são antigas empresas capitalistas falidas, recuperadas solidariamente pelos trabalhadores.

Outras formas incluem agricultores familiares, fundos solidários e rotativos de crédito, tanto formais quanto informais, clubes, grupos de trocas solidárias com moeda social ou moeda comunitária, ecovilas, redes e articulações de comercialização e cadeias produtivas solidárias, lojas de comércio justo, agências de turismo solidário, entre outras iniciativas.

O que caracteriza um empreendimento solidário são os princípios e valores expressos na Carta de Princípios da Economia Solidária. Embora ainda haja uma predominância de surgimento desses empreendimentos como alternativa ao desemprego, a Economia Solidária possui uma essência multidimensional que engloba dimensões social, econômica, política, ecológica e cultural (GAIGER, 2019).

A projeção desses empreendimentos no espaço público pode transformar o ambiente em um contexto socialmente justo e sustentável, representando uma alternativa eficiente para dignificar o ser humano e valorizar ações em contraponto ao sistema capitalista obcecado pelo lucro e alimentado pela exploração da imensa massa de exército de reserva que surge em tempos de crises.

## 6 SUA NATUREZA MULTIDIMENSIONAL

Os empreendimentos solidários possuem uma natureza multidimensional que vai além da economia, abrangendo valores imateriais, sociais e culturais tanto a nível coletivo quanto individual. O envolvimento ativo de seus membros é, portanto, indispensável para a administração e alcance dos interesses comuns (GAIGER, 2009).

Para compreender a dinâmica desses empreendimentos, é necessário romper com paradigmas tradicionais. Não se trata apenas de uma economia focada na racionalidade instrumental, mas sim de iniciativas com diversas origens e configurações coletivas ampliadas, envolvendo um número expressivo de integrantes, com propósitos e fatores que vão além dos aspectos puramente econômicos.

### 6.1 DIVERSIDADE E AUSÊNCIA DE UM MARCO LEGAL

Lechat (2002, p.1), em seu artigo "As Raízes Históricas da Economia solidária e seu Aparecimento no Brasil", coloca muito bem a metáfora das buscas da nascente do rio Nilo:

De fato, o rio Nilo não possui uma nascente, mas várias, e algumas surgem nos lagos o que torna ainda mais difícil a sua localização. Assim também são os fenômenos sociais; além do mais, uma visão processual e dialética da história, não permite falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que nós chamamos de novo, recobre em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia. Tudo isto concorrendo para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão.

A economia solidária, em sua diversidade, não se enquadra nas classificações convencionais de formas, práticas e discursos. Mesmo com características formalmente centradas na administração da propriedade coletiva, a variedade de iniciativas dificulta a criação de um conceito global e unificado. Além disso, a presença de imprecisões, mal-entendidos e intervenções políticas antagônicas é provocada pela falta de um marco regulatório legal que delimite o horizonte de estudos e estabeleça regras de identificação (GAIGER, 2009).

A maior dificuldade na construção do marco regulatório decorre da diversidade de formas de economia solidária que surgem em função das características da economia dominante. No entanto, essa diversidade não se deve apenas a motivos meramente econômicos, mas também é impulsionada pelas necessidades e aspirações dos seus membros. Portanto, a ausência de um marco regulatório não é a causa das diversidades (SINGER, 2003, GAIGER, 2009).

Para superar as consequências da diversidade, é necessário compreender a singularidade da Economia Solidária, direcionando o olhar para as soluções organizacionais que compõem a natureza dessa economia e suas repercussões sociais. Tentar definir uma formatação legal que englobe todas as diferentes lógicas e intenções contradiz a própria essência da Economia Solidária, que permanece inespecífica e não discriminante em sua abordagem.

É mais viável partir de uma teoria que leve em conta a natureza singular da Economia Solidária e, a partir disso, analisar uma amostra significativa de casos para constatar seus reflexos em empreendimentos similares. Ao fazer isso, pode-se então considerar soluções híbridas, como a figura jurídica da associação ou formatos informais, em vez de buscar uma regulamentação padronizada que não considere as particularidades de cada empreendimento solidário.

É importante que o Estado preste atenção ao regime jurídico das cooperativas populares e da Economia Solidária, dada sua relevância social. É necessário compreender a realidade específica de cada organização e o sentido peculiar do ato cooperativo, mesmo diante de suas múltiplas manifestações, a fim de revisar o atual marco jurídico (GAIGER, KUYVEN, 2019).

As motivações dos membros determinam a dinâmica coletiva das relações de reciprocidade e o valor do trabalho, que se diferencia do trabalho assalariado, pois é fundamentado na experiência e capacidade de idealização. Essa abordagem permitirá uma melhor compreensão e regulamentação das práticas da Economia Solidária, levando em conta suas particularidades e objetivos coletivos (GAIGER, 2007).

## 6.2 INEXISTÊNCIA DE INDICADORES

De fato, a ausência de indicadores objetivos e precisos para avaliar os empreendimentos solidários tem sido um desafio para o seu estudo e promoção. A

nível nacional, ainda há uma predominância de estudos e conceitos voltados para a análise das formas jurídicas e índices estatísticos que enfatizam o crescimento econômico por meio da competitividade e lucratividade (GAIGER, 2009).

No entanto, é importante ressaltar que a acumulação de capital não é compatível com a essência da Economia Solidária, cujos princípios fundamentais são a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Para compreender verdadeiramente o impacto e a eficácia dos empreendimentos solidários, é necessário desenvolver novas metodologias que capturem adequadamente os aspectos sociais, culturais e ambientais dessas iniciativas, indo além das métricas tradicionais de crescimento econômico.

O mapeamento da Economia Solidária no Brasil tem sido realizado por meio de ampla discussão, classificando os empreendimentos de acordo com indicadores que delimitam a população-alvo e verificam o grau de correspondência com os critérios da Economia Solidária. Alguns desses critérios incluem a natureza permanente da atividade econômica, o caráter suprafamiliar, a gestão coletiva e a presença mínima de trabalhadores não sócios (GAIGER, KUYVEN, 2019).

Os empreendimentos solidários, tanto política quanto teoricamente, se distinguem das práticas de trabalho assalariado capitalistas, o que pode gerar um impasse em relação às relações de trabalho aceitáveis. Em organizações multi-especializadas, por exemplo, a demanda flutuante de força de trabalho pode dificultar uma identificação completa entre sócios e trabalhadores. Além disso, na gestão coletiva, não há uma divisão social do trabalho ou variação de estatuto entre sócios.

Por esse motivo, muitos empreendimentos foram desclassificados no Brasil, mas não o teriam sido em outros países. Muitas cooperativas foram desclassificadas por suspeita de enquadramento na economia capitalista ou por serem consideradas iniciativas correspondentes à Economia solidária apenas em alguns de seus componentes ou missão social.

Os critérios de classificação foram ampliados com a inclusão de iniciativas onde a geração de renda é secundária em relação a outros objetivos, como a defesa da diversidade étnica e cultural, a promoção de direitos territoriais e a autodeterminação, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Essa ampliação dos critérios visa abarcar uma maior diversidade de empreendimentos solidários, reconhecendo que a economia solidária vai além da busca por lucro (GAIGER, KUYVEN, 2019).

Economia Solidária consiste em uma experiência de mobilização e organização dos trabalhadores, que, sob princípios democráticos, pode transformar a vida e a sociedade dos que a experimentam concretamente. Suas aquisições teóricas precisam ser consolidadas e aprimoradas através de revisão bibliográfica, visando a construção de um modelo heurístico para análise das conexões causais essenciais dos fenômenos abrangidos por esse campo de práticas, que pondera atividades econômicas, estatuto jurídico e missão social (GAIGER, KUYVEN, 2019).

É importante registrar que o primeiro mapeamento no Brasil teve foco na atividade econômica, o segundo na função produtiva dos empreendimentos. Quanto à discussão da Economia Solidária nacionalmente, as posições e discursos sobre seus indicadores e elementos de qualificação são regidos por três abordagens distintas e inseparáveis:

- Abordagem normativa – relacionada ao sentido de transformação social, com premissas ideológicas e estratégias políticas.
- Abordagem endógena – relacionada às expectativas dos trabalhadores protagonistas, demonstradas nas manifestações ou implícitas em suas práticas.
- Abordagem analítica – relacionada ao conhecimento empírico e à elaboração teórica, voltada à lógica própria dos empreendimentos.

A construção de indicadores com critérios ou medidas tem o propósito de substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, tanto em pesquisas acadêmicas quanto na formulação de políticas. Esses indicadores proporcionam uma base concreta para analisar e mensurar os aspectos da Economia Solidária, permitindo uma abordagem mais precisa e embasada na compreensão e avaliação desse campo de práticas (GAIGER, 2007).

### 6.3 INFORMALIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alguns empreendimentos de Economia solidária na América Latina se desenvolvem, mesmo permanecendo na informalidade, como forma de trabalho solidário. Além da força de trabalho, eles buscam o controle dos fatores de produção. O risco a longo prazo da informalidade é compensado pela inovação e transformação

da sociedade por meio de laços solidários, visando a construção de uma economia de cooperação (GAIGER, 2007).

Iniciativas solidárias em um cenário de pobreza e informalidade enfrentam limitações e instabilidade material, muitas vezes proliferando como única alternativa ao invés de uma escolha racional da causa. Para a economia de mercado, a informalidade demanda políticas de assistência e qualificação, buscando integrar os trabalhadores ao mercado formal nos moldes capitalistas. A economia popular representa um solo fértil para a economia solidária (GAIGER, KUYVEN, 2019).

#### 6.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERCEIRO SETOR

Organizações do terceiro setor, na América Latina, são autônomas e dedicadas a questões de interesse público, sem fins lucrativos e com benefícios voltados para a coletividade ou para setores sociais, não para seus membros. Elas estão mais envolvidas em missões sociais. A estrutura e a lógica do terceiro setor convergem com a economia solidária em valores como autonomia institucional e organização coletiva sem hierarquias (LECHAT, 2002).

O Terceiro Setor é heterogêneo, tanto politicamente quanto ideologicamente. Compreende diversas entidades associativas benemerentes, fundações, institutos empresariais e organizações não governamentais. Podemos citar, por exemplo, organizações filantrópicas e assistenciais, entidades corporativas ou comunitárias de fomento à cultura ou lazer, cooperativas de consumo, hospitais e escolas (GAIGER, 2007; 2009).

Essas entidades associativas benemerentes atuam em campos específicos, não objetivando ações conjuntas, divergindo da Economia social; as fundações e institutos empresariais são voltados para a responsabilidade social, complementando políticas sociais e favorecendo a privatização e a deslegitimação do Estado; as organizações não-governamentais atuam na transformação social, sendo um setor mais compatível com a economia solidária, emergindo da retaguarda de movimentos sociais para atuarem como atores da sociedade civil (GAIGER, 2009).

A economia solidária não se opõe ao Estado, nem ao mercado; é um método de produção e circulação de bens e serviços que assegura a sobrevivência econômica e melhores condições de vida a seus membros, relacionando-se com o mercado e a

sociedade civil. O Estado é um alicerce de sustentação inicial e desenvolvimento, bem como um regulador da democracia econômica. A Economia solidária é, portanto, uma representação coletiva, com identidade, princípios e programas de ação.

É importante ressaltar que nos casos da América Latina e da Europa, existem semelhanças e diferenças. Por exemplo, ambas enfrentam lutas pela integração e contra a desintegração social, buscando garantir condições materiais para sobrevivência e enfrentando a pobreza e a miséria. Na América Latina, as lutas estão voltadas para as virtudes da Economia Popular com sustentabilidade (AMORIM, 2010).

Já na Europa, as dificuldades estão relacionadas à crise do Estado de bem-estar, com problemas de regulação econômica e proteção social. Há também desafios em relação à exclusão social pela sociedade civil e a participação política em um sistema institucional fragilizado, embora democrático e legítimo. Cada região enfrenta suas particularidades e busca soluções adequadas para os desafios específicos que enfrenta (GAIGER, 2019).

## 6.5 O VALOR DA EXPERIÊNCIA

A concretização da economia solidária ocorre em diferentes contextos e origens particulares, mas há unidade nos valores e na busca por transformação histórica. Embora esteja inserida e integre o sistema capitalista hegemônico, a Economia Solidária expressa resistência às suas lógicas, buscando formas alternativas de organização econômica e social.

Além disso, economias de produção para intercâmbio de bens, anteriores às relações capitalistas, foram preservadas pela solidariedade. Organizações baseadas na reciprocidade e cooperação aparecem ao longo da história em ciclos de expansão e retração, mas fixam um marco histórico quando a solidariedade nos movimentos sociais expressa princípios éticos e morais almejados pela civilização na legitimação do seu sistema econômico (AMORIM, 2010). A economia solidária, portanto, como afirma Gaiger (2009) pode representar um projeto intelectual de sociedade com base em uma representação ideológica e política, uma resistência ao despotismo do capital em prol de uma civilização onde a chave da dinâmica psicossocial é a experiência.

## 7 ESTUDO DE CASO

### 7.1 O PROJETO DE ASSENTAMENTO OURIVES/PALMEIRAS: RELATO

O grupo El Shaday, localizado no Engenho Camurim em Água Preta – PE, foi idealizado sob influência das freiras Franciscanas Irmã Sandra e Irmã Ana, ligadas à Diocese de Palmares - PE. Após a enchente que ocorreu na região da Mata Sul de Pernambuco no ano de 2010, o empreendimento surge como alternativa para recuperação econômica pós-tragédia, constituindo-se como um projeto de Economia Solidária formado pelo grupo de mulheres daquela localidade.

Em Palmares, já havia um empreendimento solidário consolidado que contava com mulheres de nível de escolaridade mínimo, moradoras da zona rural e familiarizadas com o trabalho rural, embora não tivessem experiência no comércio. No entanto, essas mulheres participavam do comércio vendendo polpa de frutas.

Já na cidade de Água Preta, o grupo de mulheres tinha um perfil semelhante ao da senhora Amara, que levou a irmã Ana a conhecer as outras mulheres da comunidade, dentre as quais estava Graciete, na época com nível de escolaridade mínimo. Juntas, foram convidadas a fazer um curso de aperfeiçoamento, proporcionando capacitação para participar do projeto, que iniciou com três mulheres e se consolidou com um total de sete, as senhoras: Amara, Anunciada, Cleide, Fátima, Graciete, Juliana e Paula.

A irmã Sandra encaminhou os documentos dessas mulheres para o Consulado da Mulher, um projeto de ação social da empresa de eletrodomésticos Consul, que qualifica e capacita mulheres empreendedoras em todo o Brasil, para que elas se sintam confiantes e capazes de empreender ou ampliar seus negócios, gerar renda e adquirir autonomia financeira, saindo da informalidade. O empreendimento do grupo El-shaday foi reconhecido pelo Consulado da Mulher.

Entre os anos 2016 e 2017, o grupo El-shaday foi premiado com o valor de R\$10.000,00, e com equipamentos da empresa de eletrodomésticos. Com esse valor, foram adquiridos materiais para melhoria do processo de fabricação dos chips e armazenamento dos produtos, e inclusive, foi possível cavar um poço para melhorar o acesso à água.

No entanto, após a chegada do material, começaram a haver desentendimentos entre o grupo e as irmãs Sandra e Ana, orientadoras do projeto

junto ao professor Claudemir da UFPE/CAA. Eles tiveram participação, acompanhamento e apoio ativos na consolidação do empreendimento sob a luz da economia solidária, mantendo atividades e encontros regulares com o grupo, onde mediaram o conflito.

O professor Claudemir assessorou as irmãs (Sandra e Ana) em busca de conciliação entre elas, e a solução para o problema apontava para os princípios essenciais da economia solidária para a manutenção e crescimento do empreendimento de forma democrática entre a associação de mulheres. No entanto, o grupo se dividiu, e o empreendimento permaneceu com as mulheres que mais se identificaram com a economia solidária

As divergências já não existem mais, no entanto, medidas drásticas precisaram ser tomadas para solucionar os problemas. No auge das divergências, votaram para que a irmã Sandra levasse os equipamentos e o prédio fosse derrubado. Entre as sócias, Anunciada preferia que isso fosse feito, enquanto Amara chegou a propor pagar a parte de Anunciada para evitar o fim do empreendimento. Cleide e Amara chegaram a chorar, e a irmã Sandra recolheu as chaves de todas.

Na semana seguinte, ocorreu uma reunião com o grupo, onde decidiram que as três mulheres - Cleide, Paula e Amara - dariam continuidade ao empreendimento. Anteriormente, quando foi decidido encerrar o empreendimento, houve a visita de Kátia, do Consulado da Mulher de São Paulo, para tentar conciliar. Cleide havia votado para que Graciete permanecesse como sócia, mas nesta última votação ela votou para que Graciete não permanecesse, pois, antes de derrubar o prédio, tinham contas a pagar. Assim, as três mulheres ficaram pela maioria dos votos, visto que Fátima e Juliana já haviam saído em meio aos problemas, e assim o empreendimento permanece até hoje.

Atualmente, além das vendas que elas fazem tanto em suas residências quanto em feiras, no espaço há um ponto de comércio que funciona como uma lanchonete. Elas comercializam além dos chips, coxinhas, pastéis, sorvetes caseiros, balas, pipocas, etc. Em 2020, após a crise, o empreendimento foi renomeado, passando a se chamar Grupo Renascer. O relato acima foi feito pela sócia Ana Cleide, a qual de forma idônea e realista repassou todas as informações para a construção da análise deste caso.

## 7.2 ANÁLISE A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As sócias precisaram muito do apoio da irmã Sandra, do professor Claudemir e de uma terceira pessoa, Kátia do Consulado da Mulher que veio de São Paulo. Os princípios de Economia Solidária foram desrespeitados no momento do desentendimento, o princípio da autogestão e democracia foram feridos quando um dos grupos passou a tomar decisões sem consultar e nem considerar as opiniões das demais.

Para Singer (2000a, 2000b), a experiência de trabalho autogestionário traz consigo um potencial educativo, ou seja, a autogestão, através das práticas que a envolvem, permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos diferentes daqueles das relações sociais capitalistas.

É perceptível que os dois grupos em que o empreendimento se dividiu foram formados por familiaridade e/ou afinidade, ferindo o princípio da democracia, já que eram quatro contra três. Assim, quando havia votação, o grupo maior sempre ganhava. Atualmente, o grupo conta com três sócias e está funcionando democraticamente.

A cooperação também foi comprometida, e pode ter sido a falta de cooperação o principal motivo dos desentendimentos. O grupo maior começou vendendo apenas a produção delas, preterindo a produção das outras, até que Graciete (do grupo maior) recebeu uma encomenda grande de 4 kg de chips, não levou para o grupo e acabou não dando conta de produzir com seus familiares. Ela precisou, conseqüentemente, do grupo, e foi dessa forma que as outras descobriram que ela estava omitindo as encomendas.

Transgredindo assim esse princípio, que mostra que todo esse movimento tem como ponto de partida o trabalho coletivo,

[...] ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa e este tem impacto sobre [...] a sociedade em geral (MANCE, 1999, p. 13).

Os desentendimentos se agravaram chegando a agressão física, ferindo também o princípio da centralidade do ser humano, onde os lucros foram mais

importantes que as pessoas. O grupo sempre foi formado por mulheres, assim o princípio da valorização da diversidade não se aplica ao grupo.

Outro fator importante para a emancipação do grupo como um todo foi percebido quando, em 2020, com o distanciamento social imposto pela pandemia, elas começaram a prestar contas de forma independente e continuam fazendo isso até hoje. Essa mudança evidenciou uma maior autonomia e confiança no gerenciamento do empreendimento por parte das sócias.

Por exemplo, Lindsay e Knox (1984) destacam que variáveis como gênero, status socioeconômico da família e raça estão relacionados aos valores dos indivíduos. Além disso, esses autores propõem que também o nível educacional interfere tanto no processo de seleção como no de socialização no trabalho.

Com relação ao saber local, de acordo com os relatos, participar da Economia solidária trouxe conhecimentos, habilidades e dons que elas já tinham e foram úteis ao empreendimento, ou aprenderam algo com o qual se identificaram e faziam bem, facilitando a divisão do trabalho. Cleide e Amara se identificam como boas vendedoras, e Paula gosta muito de cozinhar.

A valorização da aprendizagem foi evidente desde o princípio do empreendimento e ao longo dos problemas enfrentados, com o apoio recebido. No entanto, ficou claro que a filosofia da Economia solidária deve ser um tema de formação continuada nos empreendimentos para que não se perca o foco nem deixe de ser regida pelos princípios que a norteiam. O cuidado com o meio ambiente, por exemplo, deve ser cada vez mais incentivado e repassado como uma regra fundamental, sem a qual o empreendimento se dissocia da essência da Economia solidária.

É importante destacar que não estamos partindo de uma noção teórica de solidariedade (neste sentido, ver SINGER, 2002; MANCE, 1999; LISBOA, 2003), mas, sim, de uma noção elaborada a partir das falas dos trabalhadores. Desta forma, a noção de solidariedade é diferente da simples cooperação, isto é, a solidariedade remete à ideia de um coletivo e não à simples soma de esforços individuais coordenados para um objetivo comum (cooperação).

## 8 CONCLUSÃO

Os princípios que regem a economia solidária são os pilares fundamentais para a imersão no trabalho coletivo, com o intuito de favorecer a todos que participam daquele projeto de forma solidária. Quando houve a transgressão de alguns desses pilares, como a falta de cooperação e o fim das decisões democráticas, o empreendimento deixou de ser amparado pela Economia solidária, apontando para uma visão de lucro individual, onde as mulheres que antes eram associadas tomaram rumos diferentes.

É importante salientar que, inicialmente, a trilha iniciada nos caminhos da Economia Solidária levou o empreendimento a oportunidades que o firmaram e fizeram prosperar, no entanto, os participantes sem visão de cooperativismo se desviaram do caminho e seguiram em busca de reiniciar negócios individuais sob a lógica capitalista.

Atualmente, o empreendimento ainda existe, mas não pode ser classificado como Economia solidária, devido à quebra dos princípios que a regiam, promovendo discussões, divisões e gerenciamento individual do empreendimento. No entanto, é perceptível que participar da Economia solidária promoveu um grau de conhecimento que mudou a realidade do grupo. As senhoras Amara e Ana Paula estão estudando e no caminho de concluir a Educação Básica, enquanto Graciete já chegou a iniciar os estudos em nível de graduação. Todas ainda trabalham com a atividade de produção de chips.

A Economia solidária encontra oposição quando indivíduos nascem e crescem em um ambiente regido pela cultura capitalista, dentro de uma formação conceitual que almeja lucro e vantagem individual ("cada um por si") em detrimento do bem comum e da sustentabilidade que a Economia solidária propõe, com elevados níveis de satisfação e sucesso para o grupo que nasceu e cresceu preterido em oportunidades de melhoria de vida. Esta é a perspectiva ao optarem por desenvolver empreendimentos sob a visão da Economia solidária.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 83, 2003.
- AMORIM, Andressa Nunes. Economia Solidária—princípios e contradições. **Argumentum**, v. 2, n. 2, p. 296, 2010.
- CHIARIELLO, Caio Luis; FONSECA, Sergio Azevedo; MORAIS, Leandro Pereira. Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina e a experiência da SENAES no Brasil (2004-2019). **Otra Economía**, v. 14, n. 25, p. 76-95, 2021.
- CNEES - **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários**. © 2021. Disponível em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/relatorio/quantitativo/main.seam?cid=5722>. Acesso em 21 de abr. 2021.
- CORAGGIO, José Luis. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. **Cadernos Metrópole**, v. 16, p. 17-35, 2014.
- COSTA, Bianca A. Lima; JESUS, Paulo. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2017.
- Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf). Acesso em:
- FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos Ebape. Br**, v. 15, p. 629-650, 2017.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape. Br**, v. 2, p. 01-18, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.1, n. 84, p. 81-99, 2009.
- GAIGER, Luiz Inácio. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a economia solidária. **Otra Economía**, v. 8, n. 14, p. 99-111, 2014.
- GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 811-834, 2019.
- GUERRA, Pablo. La economía solidaria en Latinoamérica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, v. 110, n. 1, p. 67-76, 2010.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e estado**, v. 16, p. 57-99, 2001.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Curso de Formação de Formadores para Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Escola Sindical, São Paulo, 2002.

LINDSAY, Paul; KNOX, William E. Continuity and change in work values among young adults: a longitudinal study. **American Journal of Sociology**, vol. 89, n° 4, p. 918-931, 1984.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de administração de empresas**, v. 45, p. 109-115, 2005.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONTEIRO, Lorena Madruga; GONÇALVES, Sandra de Lourdes. Os empreendedores políticos da economia solidária no Brasil: as ideias de Singer, Gaiger e Arruda. **Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 22, n. 22-1, 2020.

MUÑOZ, José Guillermo Díaz. **Economías solidarias en américa latina**. iteso, 2015.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 159-175, 2013.

NEVES, Ednalva Felix; BACIC, Miguel Juan; GARCÍA, Isabel-Gemma Fajardo. Diferenças e similaridades entre as experiências da economia social na Espanha e da economia solidária no Brasil. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 265-288, 2017.

ROCHA, Luiz Célio Souza; PELOGIO, Emanuely Alves; DE SOUZA, Washington José. Da Utopia à Ação: Fourier e os Princípios da Economia Solidária. **Revista Eletrônica**, n.9. n. 1, 2009.

SECHIM, Wanessa Zavarese. **Economia solidária**: caderno pedagógico educandas e educandos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SINGER, Paul. **Economia dos setores populares**: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE e UCSAL, 2000b.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 03-06, 2003.

SINGER, Paul. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (org.). *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p.11-28, 2000a.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Socialismo Utópico". **Brasil Escola [site]**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/socialismo-utopico.htm>. Acesso em 15 de maio de 2021.

SOUZA, André Ricardo; JÚNIOR, Fausto Augusto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P e Inovação**, v. 7, p. 8-25, 2020.

TAUILLE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 6, n. 1, 2001.

VARELA, Raquel et al. Autogestão e crise econômica na revolução portuguesa (1974-1975). **Sociologia & Antropologia**, v. 5, p. 479-499, 2015.

VERONESE, Marília Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno Crh**, v. 30, p. 89-104, 2017.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

- 1- Qual é a principal atividade do empreendimento e como elas foram iniciadas?
- 2- Como era/é realizada a comercialização desses produtos?
- 3- Quais tipos de suportes técnicos e financeiros o empreendimento já recebeu/recebe?
- 4- A Economia Solidária traz os seguintes princípios:  
Como são/foram aplicados cada um desses princípios nessa caminhada do empreendimento?
  - Autogestão
  - Democracia
  - Cooperação
  - Centralidade do ser humano
  - Valorização da diversidade
  - Emancipação
  - Saber local
  - Valorização da aprendizagem
  - Cuidado com o meio ambiente
- 5- Diante disso, quais resoluções foram adotadas em meio as dificuldades encontradas na equipe/negócio solidário?